

# Um exemplo

Dissemos, no nosso último artigo, das impressões que trouxemos da França e da Bélgica, não colhidas ao acaso, mas com o espirito crítico de quem não foi visitar cidades, mas estudar pessoas e instituições. Queriamos completadas hoje com mais algumas fundamentais observações que poderão servir-nos de lição a nós, portugueses, amantes do bem da nossa terra.

Parece-nos que os bons resultados conseguidos por aqueles dois países provém essencialmente duma coisa que entre nós existe pouco: a colaboração dos governos com a Nação e dos individuos e das instituições com o Poder.

Entre nós, estamos habituados a esperar tudo do Poder. Se há carência de géneros se as coisas correm mal, a culpa é do governo. Se a produção é deficiente, se os salários não sobem, se a miséria bate à nossa porta, o governo ou é o responsável ou terá de nos valer.

Por sua vez os governos, envolvidos neste ambiente preguiçoso em que a Nação se deleita, deixam levar-se pela tentação de intervir até nas mais pequenas actividades nacionais. Não pode abrir-se uma oficina sem licença, quase não pode cultivar-se um pedaço de terra à vontade. Para tudo é necessário alvará. A iniciativa particular, fonte de progresso e de riqueza, encontra-se assim contrariada e muitas vezes improdutiva. Tudo se espera do governo, nada se pode fazer sem ele.

Pareceria que o governo e a Nação se identificariam mais facilmente. Mas assim não acontece nem pode acontecer, porque a grande massa dos cidadãos perde, por este facto, a consciência das suas responsabilidades. Habituada a ser tida como um menor, não sente o seu valor, não o desenvolve, não colabora. Deixa conduzir-se, não se conduz. Reage como um colegial protesta, indisciplina-se talvez, mas dorme descansada, porque a culpa... é do governo, ele tudo há de resolver.

Não acontece o mesmo nos países que visitamos. A Bélgica tem actualmente um governo impossível, constituído por liberais, socialistas e comunistas, que não se entendem de maneira nenhuma uns com os outros, que têm doutrinas diametralmente opostas e se combatem mutuamente. A França tem estado sob governos provisórios, constituídos por elementos que seguem doutrinas que se entrecrocam, e com conceitos de Estado, de individuos e de Nação igualmente opostos. Nem num nem noutro país, como se vê, existe unidade governamental ou de pensamento.

No entanto as respectivas Nações progredem porque entre os governos e o povo existe, para além das disputas políticas, uma real colaboração. Cada um — falamos da generalidade dos cidadãos — sabe que é responsável pelo bem comum, tem as suas organizações livres em que confia e a quem obedece. Numa palavra, sente-se útil, sabe que também de si depende o bem comum. Mais o belga do que o francês, mas este também tem do seu valor pessoal uma ideia consistente e possui, por isso mesmo, educação cívica desenvolvida.

Um exemplo nos elucidará. Existe na Bélgica a Conferência Nacional do Trabalho que estuda os problemas sociais e económicos. A Conferência é constituída pelo Primeiro Ministro, pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, pelo Ministro dos Negócios Económicos, pelo Ministro do Reequipamento Nacional, pelos delegados das organizações patronais, e dos Sindicatos de

operários, os empregados e funcionários e outros elementos. Todas as questões de economia nacional, de salários e debates sociais aí são discutidas com inteira liberdade, trazendo cada um os seus argumentos e a sua boa vontade. No final, a Conferência, que dura por vezes alguns dias, toma «resoluções», que se transformam em leis ou em normas de acção. Cada uma das entidades representadas esforça-se então por explicar e fazer cumprir as decisões tomadas.

Esta colaboração entre o Poder Central e a Nação livremente organizada é uma das causas fundamentais do progresso comum.

E' muito difficil entre nós obter esta colaboração precisamente por de há muito se ter perdido o contacto entre os governos e o povo. Alguma coisa seria contudo viável realizar-se neste sentido, e quere-nos parecer que nenhuma tentativa deste género seria uma desluzão.

O povo não colabora, porque não é chamado a colaborar. Sempre que o Poder a ele se dirigiu, foi generosamente correspondido. Ainda nos recorda do apelo feito pelo Doutor Salazar à Nação, logo a seguir á recusa das condições em que a Sociedade das Nações se dispunha a garantir-nos um empréstimo.

Se houvesse menos fiscais e mais confiança mutua a Nação reagiria magnificamente. Sem esta confiança, não há governo que seja capaz de tudo prever, de tudo produzir, de tudo solucionar.

Por duas vezes Cristo multiplicou os pães e os peixes para dar alimento ás multidões. E' bom saber-se que este poder não foi conferido a nenhum homem nem a nenhum governo.

**ABEL VARZIM**

© Todos os direitos reservados

Journal de M  
40/xi/1926